

Violência em contexto: História e significados

Resenha (review) de 'História da violência: Do fim da Idade Média aos nossos dias', de Robert Muchembled

Nayara Alinne Soares Mendonça

Mestranda da Uece

O livro *História da violência: Do fim da Idade Média aos nossos dias*, por meio de ampla contextualização histórica de episódios considerados, à sua época, marcados pela violência, pode ser caracterizado como um apanhado crítico de modelos de gestão da brutalidade masculina e juvenil em particular. Na própria introdução da obra, o leitor já pode encontrar pistas do que o autor compreenderá como uma lenta evolução da ordem cultural. Para Muchembled, “do século XVIII ao século XXI, a violência física e a brutalidade das relações humanas seguem uma trajetória declinante em toda a Europa Ocidental” (p. 1), e essa será uma máxima desenvolvida em todo o estudo.

Após a introdução, o autor inicia argumentações como “O que é a violência?” (Capítulo 1), por meio da exposição de subitens como “A violência é inata?”, “Violência e virilidade”, e “O esperma e o sangue: uma história da honra”. Após essa etapa conceitual, será apresentado “O espetacular declínio da violência em sete séculos” (Capítulo 2), por meio da “Fiabilidade das contas do crime”, “Sete séculos de queda” e “A ‘fábrica’ dos jovens machos”. Só então os diferentes contextos históricos da civilização ocidental europeia são abordados para que sejam exemplificados episódios diferenciados de práticas violentas e suas formas de gestão, como “As festas juvenis da violência (séculos XIII-XVIII)” (Capítulo 3), “A paz urbana no fim da Idade Média” (Capítulo 4), “Caim e Medeia: homicídio e construção dos gêneros sexuais (1500-1650)” (Capítulo 5), “Duelo nobiliário, revoltas populares: as metamorfoses da violência” (Capítulo 6), “A violência domesticada (1650-1960)” (Capítulo 7), “Arrepios mortais e relatos negros (séculos XVI-XX)” (Capítulo 8) e “A volta dos bandos: adolescência e violência contemporâneas” (Capítulo 9).

A obra de Muchembled é leitura obrigatória para todos aqueles que se empreendem nos caminhos dos estudos de múltiplas formas de conflitualidades e violências, haja vista que pretende apresentar e problematizar conceitos envolvendo e tratando das referidas temáticas. De tão usuais e recorrentes no cotidiano, seja para o senso comum seja mesmo para o acadêmico, as representações coletivas da violência acabam muitas vezes por se tornar um lugar comum, no qual podemos encaixar quaisquer formas de brutalidade ou agressão. E esse fato é amplamente desmistificado pelo autor, que, por meio de resgates contextualizados historicamente, traz à luz novas concepções sobre o tema. É um trabalho característico por sua acuidade no trato histórico da temática, pois, com diversos exemplos referentes ao continente europeu entre os séculos XIII e XXI, demonstra atenção e fidelidade aos documentos que podem atestar a veracidade e sua capacidade argumentativa. Leitura de relativa complexidade, dado seu apego aos pormenores dos fatos históricos. Assim, torna a temática em questão instigante aos novos e antigos interessados no assunto.

Ainda na introdução, o autor salienta que a violência “passa lentamente do status de linguagem coletiva normal produtora do elo social, que serve para validar as hierarquias de poder e as relações entre as gerações ou os sexos, (...) ao de tabu maior” (p. 2), e, com isso, o continente europeu vê as taxas de homicídio caírem vertiginosamente ao longo dos séculos.

O Capítulo 1 é dedicado ao trato do conceito de violência. Nele, vê-se que inicialmente, o mesmo teria “surgido no início do século XIII em francês, (...) [*derivando*] do latim *vis*, designando ‘a força’, ou o ‘vigor’, [*e*] caracteriza[*ndo*] um ser humano com um caráter colérico e brutal” (p. 7). No entanto, o autor deixa claro que a violência, a depender das características próprias de cada período socio-histórico, é encarada tanto sob perspectiva negativa quanto sob uma positiva. No primeiro polo, em virtude de seus excessos e poder de destruição entre os homens, ferindo princípios divinos. No outro, como nos casos de defesa da honra de mulheres, órfãos e guerreiros, ou de atos lícitos comuns quando das guerras justas mantidas pelos reis cristãos contra os infiéis ou os inimigos do príncipe.

No Capítulo 2 é apresentada uma densa gama de dados históricos que subsidiarão as argumentações do autor a respeito do declínio da violência, especialmente no que diz respeito aos homicídios, em sete séculos do continente europeu. Tendo em vista que, ao desenvolver pesquisas utilizando-se de abordagens históricas, amparadas em documentos oficiais referentes aos números e às especificações dos homicídios, chega-se à falibilidade dos indicadores, o autor destaca, entretanto, que “eles não capturam jamais o ‘triste número’ dos atos agressivos realmente cometidos, mas unicamente sua tradução em termos de queixas oficialmente registradas, e, depois, de tratamento policial e judicial delas” (p. 33). Nesse sentido, são tomadas como fontes de análise as cartas de remissão, fontes judiciais clássicas e documentos indiretos de, por exemplo, recolhimentos de cadáveres em vias públicas, que permitem a mensuração de intensidade e generalização da violência real. O autor já inicia seus primeiros apontamentos no tocante à potencialidade da violência entre os jovens do sexo masculino, que, em realidade, tornam-se portadores de uma cultura da violência que lhes parece imanente ao saírem da infância e entrar na puberdade, assemelhando-se a

estar principalmente ligada a mudanças de status dessa idade, que se chamará “adolescência”, na época industrial, em especial a fatores ligados à dificuldade de se tornar adulto por completo, chegando ao estado matrimonial e achando um lugar valorizado na sociedade (p. 43).

O Capítulo 3 é iniciado por meio da elucidação das semelhanças substanciais que denotam a compreensão do homicídio no fim da Idade Média e também na contemporaneidade. As causas da violência homicida, analisadas em um contexto relacional, são apresentadas como valor positivo capaz de sustentar hierarquias e presidir as trocas materiais e simbólicas de toda uma época, permeada pela brutalidade de todos contra todos, independentemente de sexo ou idade. Roubos e homicídios eram colocados em planos diferenciados, quando o assunto era o que representa a violência,

[p]orque a violência não provoca por ela mesma a exclusão social, diferentemente do roubo, que suscita mais medo e desprezo, em particular nas cidades. Brigas, ferimentos e homicídios

pertencem à paisagem ordinária, no fim da Idade Média, a ponto que se tenha podido até dizer que caracterizam o estilo de vida das elites citadinas (pp. 48-49).

Até esse momento, o leitor é levado a compreender os significados da violência sob outros pontos de vista essencialmente diferenciados daqueles que marcam o olhar atual sobre o assunto. A paz social do fim da Idade Média se revela como um fenômeno tipicamente urbano, em razão das peculiaridades das relações econômicas ali instaladas. A concórdia passa a se apresentar como uma realidade necessária para trocas e negócios prosperarem. São, a partir de seu surgimento, novos espaços ensejando a adoção de novas práticas relacionais entre os sujeitos, que, a partir desse novo momento, deverão se relacionar tendo por intermédio as relações comerciais, demandantes de tranquilidade e abrandamento nos costumes.

Paz à parte e composição financeira existem também na aldeia, mas de maneira muito menos coordenada e enquadrada. As cidades amortecem a violência, freando os encadeamentos tradicionais que conduzem à vingança. Entretanto, elas só conseguem isso lentamente (pp. 84-85).

Assim, o Capítulo 4 vem a esboçar também aspectos referentes ao enquadramento da juventude citadina, por meio dos progressos das instituições responsáveis pelo controle social, o que revela que as transgressões à ordem, representadas por homicídios, estupros, sodomia, entre outros, eram episódios que costumavam acontecer também naqueles espaços, mas com um olhar mais apurado da Justiça. As formas de enquadramento juvenil são exemplificadas a seguir:

Dividir a juventude para melhor reinar sobre ela é sua principal preocupação. Os machos não estabelecidos são divididos em vários tipos de instituições que controlam sua violência potencial por regulamentos educativos e multas, em caso de conduta incivil. Nas profissões, os aprendizes e os companheiros ficam sob a tutela dos patrões. Eles obedecem a adultos, nos “juramentos” de jogos de armas e nas abadias alegres. Estas reúnem algumas dezenas de indivíduos e quebram, assim, a estrutura dos pequenos bandos de esturpadores agressivos observados em Dijon (pp. 99-100).

No Capítulo 5 são tecidas maiores considerações sobre a construção dos gêneros sexuais relacionada à prática de homicídios. Embora a obra deixe clara a concepção de que a violência homicida, especialmente quando se trata da análise dos documentos históricos de cada época, está fundamentalmente associada à juventude do sexo masculino na maior parte dos registros, há que se explanar também acerca da violência feminina. Diferentemente do que costumava se passar com os jovens homens homicidas, as mulheres que recorriam às mesmas práticas em termos gerais eram concebidas a partir de um modelo negativo muito forte, ancorado em paradigmas de maldade e anormalidade incomuns.

O medo das matadoras de crianças, jovens ou idosas, traduz um fantasma masculino mais profundo, uma angústia de destruição da comunidade pelo erro das mulheres que escapam do controle dos homens, para viver livremente sua sexualidade. Porque o estereótipo da bruxa se liga principalmente às velhas, sobretudo as viúvas, que se entregam de corpo e alma ao demônio (...). Mas as pessoas de bem as veem, sobretudo, como tentadoras de costumes dissolutos (p. 150).

Os duelos mortais entre representantes da nobreza e as revoltas populares comumente associadas aos insatisfeitos habitantes nos campos, por volta dos séculos XVI e XVII, são a tônica do Capítulo 6. Enquanto os duelos praticados pelos nobres e instaurados na memória coletiva como episódios legítimos de defesa da honra eram mais facilmente aceitos pelos representantes da Justiça como práticas passíveis de justificativa, as revoltas populares contra a cobrança excessiva de impostos ou associadas às frustrações juvenis eram mais duramente reprimidas, sob justificativa de que o armamento deveria ser abolido em nome da segurança coletiva. Assim, é notória a diferenciação que se quer impor à cultura da violência, conforme se pode notar no seguinte trecho:

O estatuto do conflito militar muda, então, totalmente. Não somente porque se impõe a noção de guerra justa, mas, mais ainda, porque inúmeros militares se distinguem, doravante, muito claramente, dos outros súditos. A única cultura legítima da violência torna-se a dos soldados e dos oficiais que agem com

ordem do Estado. Os civis, quanto a eles, devem aceitar deixar-se desarmar para confiar inteiramente sua segurança na Justiça e nas pessoas encarregadas da manutenção da ordem pelo soberano. Tais princípios levarão gerações, até, às vezes, séculos, para impor-se ao conjunto dos súditos. A adesão é mais fácil e mais rápida nas cidades, já trabalhadas a muito tempo por métodos bastante eficazes de pacificação interna. Do lado oposto se define uma cultura militar particularmente brutal. Cada vez mais orientada pela vontade de matar, ela se prolonga, também, frequentemente, pelos piores horrores infligidos aos vencidos, inclusive às populações ordinárias, sem poupar as mulheres nem as crianças, como o mostram com realismo as gravuras de Jacques Callot. Entre esses extremos se encontram formas maciças de resistência ao abandono da violência tradicional, que constituem tantos métodos de adaptação aos interditos feitos pela lei e pela moral. Não é surpreendente que as duas principais mutações concernam a camadas sociais para as quais a brutalidade sanguinária faz parte das modalidades correntes de relações sociais e se encontra codificada em antigos rituais coletivos necessários à definição viril dos indivíduos, em prioridade à dos jovens machos: a aristocracia e o campesinato (pp. 160).

Apesar da longa onda de duelos nobiliários e revoltas populares, o século XVIII marca uma lenta transição para novas formas de comportamento masculino, banindo a brutalidade e os excessos, em razão, especialmente, das ações de controle repressivo e da educação típica do espaço citadino e urbano. É possível perceber que Muchembled, em alguns pontos de sua obra, tece considerações que vão na contramão de afirmações amplamente difundidas por Norbert Elias, com a civilização dos costumes, e Michel Foucault, com as razões das mudanças nas formas de punibilidade dos sujeitos criminosos. Não satisfeito com teses defendidas por aqueles autores, o historiador reconstrói e reelabora, à luz de documentos oficiais, a história da violência e as razões de seu declínio, da sociedade europeia do fim da Idade Média aos nossos tempos.

A violência domesticada é assunto abordado no Capítulo 7, no qual o autor chama atenção para o fato de que, embora a violência nos seus termos fatais, de caráter legítimo ou ilegítimo, venha sendo marcada por um declínio acentuado no espaço público, no que diz respeito à esfera doméstica seu mo-

vimento é o oposto. O processo de civilização dos costumes parece, de fato, ter sido um fator decisivo para a acentuada mudança de costumes dos povos europeus entre os anos de 1650 e 1960, entretanto, a contenção das pulsões violentas pareceu não ter conseguido o mesmo êxito no âmbito privado.

A opinião pública, amparada por um conjunto de instituições imbuídas do papel de transmissão dos novos valores sociais de pacificação, reprovava cada vez mais quaisquer expressões de crueldade e brutalidade, fazendo com que os jovens, sobretudo os do sexo masculino, contivessem seus impulsos e eventuais práticas de morte. Tal fato não era sinônimo, por exemplo, do fim absoluto das práticas violentas, pelo contrário: a violência continuara entre os meios urbanos e rural, mas entre as famílias de origem nobre ou popular deslocara-se para a intimidade. A onda crescente de urbanização e industrialização, que fazem povos antes moradores das zonas rurais adquirirem os novos hábitos citadinos, também é apresentada como um dos fenômenos responsáveis pela redução da violência, pois

ela leva suas forças vivas, inclusive os adultos das camadas inferiores, a se vigiarem mutuamente e a enquadrar de perto os adolescentes, para conservar uma segurança que não poderiam garantir sozinhos o porte de armas e a pena de morte (p. 221).

Os relatos negros, mencionados por Muchembled no Capítulo 8, referem-se à profusão de instrumentos midiáticos como jornais, literatura, música e tabloides que passaram a difundir histórias verídicas, mas também temperadas por doses mais ou menos marcantes de ficção, relativas a atos criminosos e fatos violentos. Para o autor, a difusão dessa literatura também tinha pelo menos duas razões para ser relacionadas à contenção dos impulsos mortais: o de satisfazer a curiosidade mórbida dos povos, mas também, e talvez principalmente, o de reafirmar que a transgressão aos costumes sempre seria finalmente punida com a morte do transgressor.

O autor sustenta a versão de que esses relatos cruéis difundidos cada vez mais para a amplitude da população, seja ela de origem nobre ou popular, lhes serviam a dois objetivos opostos: o de “pacificar os costumes dos rapazes púberes, oferecendo-lhes o exutório de seus arrepios mortais, sem passagem ao ato, mas também, [o *de*] preparar a eventualidade deste”.

No Capítulo 9, marcando o encerramento das discussões na referida obra, o autor discute a adolescência e a violência contemporâneas em um contexto que, no Século das Luzes, as pulsões brutais viris são validadas, porém, quando a serviço dos interesses da pátria. A conjuntura própria da modernidade, com seu incentivo desenfreado das gerações mais jovens ao consumo, à liberdade e à autonomia individual, parece fazer florescer novas formas de sociabilidade e práticas ancoradas no recurso à violência como forma de autoafirmação. Conclui Muchembled que os jovens do sexo masculino, apontados por excelência como atores centrais da violência, são utilizados como bode expiatório das transgressões, olvidando o contexto que, a partir do século XX, lhes é característico: a ausência frequente de emprego e o ódio contra as instituições de enquadramento.

A riqueza das fontes históricas e documentais com que toda a obra é fundamentada se constitui como o grande diferencial de história da violência, uma vez que aí são problematizados conceitos, práticas e deslocamentos do conhecimento operados quando o assunto refere-se às transgressões à ordem vigente. É obra de densidade informativa considerável, impecável nos aspectos concernentes à pluralidade de recursos exemplificadores que fazem dialogar o passado e o presente, finalizando menos com respostas fatídicas do que com interrogações quanto ao movimento do devir social.

RESENHA DE: MUCHEMBLED, Robert. (2012), História da violência: Do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

NAYARA ALINNE SOARES MENDONÇA (nayaraalinne@bol.com.br) cursa o Mestrado de Políticas Públicas e Sociedade (Mapps) da Universidade Estadual do Ceará (Uece, Fortaleza, Brasil) e integrante do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência (Covio) da Uece. Tem graduação em serviço social pela mesma casa.